



Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

Atenção à saúde bucal na Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Oral health care in Student Assistance in the Federal Network of Professional and Technological Education

Recebido: 02/07/2025 | **Revisado:** 02/09/2025 | **Aceito:** 02/10/2025 | **Publicado:** 30/09/2026

Fernanda Lavarda Ramos de Souza
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8761-6929>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
E-mail: fernanda-lr@hotmail.com

Thiago Machado Ardenghi
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5109-740X>
Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: thiardenghi@gmail.com

Luísa Helena do Nascimento Tôrres
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0740-2785>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: lhntorres@gmail.com

Como citar: SOUZA, F. L. R.; ARDENGHI, T. M.; TORRES, L. H. N. Atenção à saúde bucal na Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 02, n. 26, p.1-13 e18745, set. 2026. ISSN 2447-1801.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A garantia de acesso à educação deve ser acompanhada por políticas públicas que promovam a permanência. As ações da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) devem se desenvolver de forma integral sob perspectiva multidisciplinar. Este artigo se propõe a revisar fontes teóricas sobre o processo histórico da saúde no contexto escolar e analisar a implementação da atenção à saúde na educação profissional e tecnológica. Trata-se de abordagem exploratória a partir de pesquisa bibliográfica. Contatou-se a necessidade do olhar ampliado para os serviços, evidenciando seu potencial para se consolidar como estratégias estruturantes na permanência e qualidade de vida.

Palavras-chave: Saúde Bucal; Políticas Públicas; Assistência pública; Atenção à Saúde.

Abstract

Ensuring access to education must be accompanied by public policies that promote retention. The actions of the National Student Assistance Policy (PNAES) must be developed comprehensively from a multidisciplinary perspective. This article aims to review theoretical sources on the historical process of health in the school context and to analyze the implementation of health care in professional and technological education. This is an exploratory approach based on bibliographic research. The need for a broader view of services was identified, highlighting their potential to consolidate themselves as structuring strategies for retention and quality of life.

Keywords: Oral Health; Public Policy; Public Assistance; Delivery of Health Care.

1 INTRODUÇÃO

A garantia de acesso à educação deve ser acompanhada por políticas públicas que assegurem a permanência dos estudantes e a conclusão de sua formação. A permanência escolar refere-se à continuidade do estudante na instituição, matriculado e frequentando as aulas, ao longo de todo seu percurso educacional. Está diretamente relacionada à superação de barreiras que podem culminar na evasão escolar (caracterizada pelo abandono das aulas e do período letivo). O êxito escolar, por sua vez, corresponde ao sucesso do aluno em alcançar os objetivos de aprendizagem e obter bom desempenho acadêmico, que também inclui a inserção no mundo do trabalho e das possibilidades de continuidade da formação profissional (Brasil, 2012). Dessa forma, pressupõe-se que uma trajetória escolar contínua marcada por resultados positivos contribua para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades essenciais à formação integral dos estudantes.

A assistência estudantil envolve ações que proporcionam condições de saúde, acesso a instrumentos didático-pedagógicos, acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos para os discentes, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros (Gonçalves, 2019; Costa, 2016). Neste sentido, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) encontra-se dentro das políticas de ações afirmativas, onde através da lei, por meio das quais o Estado brasileiro assume a responsabilidade de promover a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, ultrapassando barreiras históricas de uma educação de desrespeito às diferenças.

As ações dos programas da Política de Assistência Estudantil devem se desenvolver de forma integral, articulando os serviços ofertados, sob uma perspectiva multidisciplinar e não apenas curativa ou assistencialista. Considerando as múltiplas dimensões do sujeito, é necessário reconhecer que os programas abrangem todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações de atendimento das demandas básicas do ser humano, como alimentação e transporte, até o acesso a meios pedagógicos, científicos e culturais que possam contribuir para a formação dos estudantes (Paixão *et al.*, 2016; Falco; Das Chagas Oliveira, 2021).

Partindo desta concepção do PNAES como estratégia estruturante para proporcionar condições de formação integral a todos os estudantes, com o desenvolvimento de todas suas dimensões, é fundamental analisar os processos históricos de sua implementação e refletir sobre o papel dos serviços de saúde nessa política como fator de bem-estar, permanência e êxito nas instituições.

2 OBJETIVO

Este artigo se propõe a revisar fontes teóricas sobre o processo histórico da saúde no contexto escolar e analisar a implementação da atenção à saúde na perspectiva da educação profissional e tecnológica (EPT).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem exploratória a partir de pesquisa bibliográfica de estudos sobre a temática em questão. Corresponde a um recorte da pesquisa de tese de doutorado intitulada “Assistência Estudantil e Qualidade de Vida Relacionada à Saúde Bucal: um estudo de coorte”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), produto do projeto de pesquisa “Influência do Acesso aos Serviços de Saúde Bucal via Assistência Estudantil no Desempenho Diário de Estudantes e Autopercepção de Saúde Bucal: uma coorte prospectiva”, registrado no Gabinete de Projetos da UFSM (nº 059842).

4 RESGATE HISTÓRICO DA SAÚDE ESCOLAR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A escola deve constituir-se como um espaço que possibilite aos sujeitos desenvolver suas capacidades de inserção social, de autoconhecimento no mundo e de atuação transformadora sobre a realidade. Para tanto, além da oferta dos conteúdos previstos na grade curricular, imprescindíveis à formação cidadã, é fundamental a abordagem de temas transversais que contribuam para uma formação integral.

A trajetória histórica de implementação das políticas de assistência estudantil atravessa diferentes contextos. A Constituição de 1934 estabeleceu recursos para alunos carentes através da concessão de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica (Constituição Federal de 1934, art 157). Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu título ‘Da Assistência Social Escolar’, consolidou a visão da assistência como um direito do discente. Em seus artigos 90 e 91, remete aos sistemas de ensino técnica e administrativamente “prover, orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”.

A LDB de 1971 especifica com maior detalhamento as dimensões da assistência estudantil, assegurando aos alunos em situação de necessidade o cumprimento da obrigatoriedade escolar, com auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e odontológico, entre outras formas de assistência às famílias. Na Constituição de 1988, com a proposta de educação para todos, assegura-se como dever do Estado a implementação de programas de assistência com a suplementação de material escolar, transporte, alimentação e saúde para atender aos alunos matriculados no Ensino Fundamental (Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 208, VII), posteriormente estendida em 2009 para todas as etapas da atenção básica (Emenda Constitucional 59, de 11 de novembro de 2009). A LDB de 1996 reiterou o indicativo quanto à assistência estudantil e à necessidade de garantir o prosseguimento do estudante na escola (Brasil, 1996).

Este percurso histórico foi fundamental e serviu como alicerce para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O PNAES concede autonomia para as

instituições, sendo estas responsáveis por definir critérios e metodologias acerca do deferimento dos benefícios, bem como pela execução, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do programa em suas áreas de atuação (Brasil, 2010). Este programa trouxe aos estudantes das universidades e institutos federais assistência através de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação e creche.

Tendo em vista o papel significativo das políticas de assistência estudantil nos espaços escolares e no processo de democratização da educação, em 2024 foi instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com a “finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos” (Brasil, 2024). Por meio dessa política, os estudantes não contam apenas com ações pontuais de assistência estudantil, mas com uma política de Estado, articulada a outras políticas sociais do governo federal, especialmente com aquelas que fazem transferência de renda. Entre os treze programas, destaca-se o Programa de Assistência Estudantil (PAE) destinado às instituições federais de ensino superior e às de educação profissional, científica e tecnológica. As ações contemplam, de forma semelhante, os mesmos eixos estabelecidos pelo PNAES (2010).

Gomes e Horta (2010) referem a importância do elo entre saúde e educação, evidenciando que as ações de saúde escolar têm por objetivo proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento do processo educacional, que necessita de condições mínimas de saúde. Ainda, segundo o Ministério da Saúde (1997), a escola constitui um ambiente favorável ao desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e da transformação de comportamentos no alcance de uma consciência crítica e reflexiva, e que, ainda, é capaz de influenciar a sociedade. Assim, as questões de saúde devem estar presentes no cotidiano escolar, a fim de que o estudante desenvolva a capacidade de identificar necessidades, reconhecer possibilidades e intervir ativamente na realidade.

Ao realizar o resgate histórico, destaca-se que a assistência odontológica tem sido historicamente reconhecida como um serviço essencial no âmbito das políticas de assistência estudantil, desde as primeiras iniciativas de sua implementação. Iniciativas de promoção da saúde escolar foram implementadas como o sistema incremental de atenção a escolares da rede pública, implementado pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), bem como o Projeto Aimorés. Segundo Brito Bastos (1993), esses serviços, implementados em meados do século XX, desde o início de suas atividades, buscaram ampliar os espaços de atuação da educação sanitária, não apenas nos serviços de saúde, mas também no ambiente escolar. Esse sistema, em sua configuração escolar, foi hegemônico por quatro décadas no Brasil e ainda se pode ver alguns de seus traços nos programas mais recentes. Na década de 1990, destaca-se a iniciativa da Escola Promotora de Saúde, desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde e definida como “uma escola que procura constantemente um estilo de vida, de aprendizagem e de trabalho propício ao desenvolvimento da saúde” (Gomes, 2009, p. 87). Em 2007, foi instituído pelo

Governo Federal o Programa Saúde na Escola (PSE), que prevê ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, com um conjunto de ações de saúde a serem executadas pelas equipes de Saúde da Família em articulação com a educação básica (Brasil, 2009).

No PNAES, os serviços de saúde integram o eixo de atenção à saúde. Desta forma, através de equipes de Assistência Estudantil constituídas em parte por profissionais de saúde, as unidades estruturam os serviços para que, através de um trabalho integrado e intersetorial, ações de prevenção e promoção de saúde sejam desenvolvidas e oportunizadas aos estudantes da rede federal, tendo em vista suas necessidades como ser integral. É necessário ressaltar que nem todos os institutos dispõem de equipes de saúde para apoio ao estudante. De maneira geral, essas equipes de saúde, vinculadas às instituições da Rede Federal são compostas por profissionais de diversas áreas, como enfermeiros(as), médicos(as), cirurgiões-dentistas, nutricionistas, psicólogos(as) e assistentes sociais, com organização variável entre unidades e instituições, de acordo com a disponibilidade de profissionais (Carvalho, 2022).

Carvalho (2022), ao analisar a produção científica qualitativa elaborada por profissionais de saúde acerca da saúde do adolescente no âmbito escolar na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, constata que a presença das equipes de saúde nos institutos favorece uma maior integração entre equipe de saúde e ambiente escolar, superando a visão meramente biológica e assumindo uma perspectiva de saúde integral e integrada. O ambiente escolar constitui um campo de diferentes trocas e interações, de modo que práticas em saúde instituídas no cotidiano dos estudantes podem possibilitar um espaço mais salutar, auxiliando uma maior compreensão dos conhecimentos. O cuidado em saúde no ambiente escolar pressupõe o exercício da cidadania, uma vez que envolve a qualidade de vida dos indivíduos. Nesse contexto, a escola tem o potencial de auxiliar o estudante para o cuidado de si e do outro, por meio da adoção de hábitos e estilos de vida pautados em princípios de saúde e bem-estar.

5 ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL E PERSPECTIVAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA EPT

A mudança da odontologia de um modelo estritamente biomédico para um modelo mais integralizado perpassa por considerar os determinantes sociais da saúde que são as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem e trabalham e que originam a maior carga de doenças (OMS, 2010). Apesar do avanço para uma odontologia integral, com acesso à população em nosso país, ainda há demanda reprimida por assistência odontológica, devido aos obstáculos na efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, em relação aos recursos humanos, questões financeiras, comprometimento de gestores e governabilidade (Soares; Paim, 2011). Tal realidade colabora com a necessidade de manutenção e ampliação da estrutura de serviços de saúde bucal no âmbito da Assistência Estudantil, pois as instituições de ensino configuram-se como importante via de acesso aos discentes ao direito à saúde (Costa, 2018).

Costa (2018) aponta que a assistência estudantil se apresenta como uma importante ferramenta de inclusão social, pois os estudantes que ingressam nas IFES têm a possibilidade de receber a assistência odontológica, reestabelecendo a estética e a função bucal. Em seu trabalho, ao realizar um estudo qualitativo a respeito das políticas de assistência odontológica destinadas a estudantes de graduação, relata que estudantes podem ter suas atividades diárias prejudicadas em decorrência de problemas odontológicos, como “diminuição das horas de sono; não realização de algumas atividades de lazer; restrições alimentares; desordens psicológicas relacionadas com a diminuição da autoestima; perda de dias e de aprendizagem na escola e/ou no trabalho” (Costa, 2018, p. 83) e destaca que estas implicações podem ou não estar associadas à presença de dor.

Segundo levantamento do Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil (FONAPRACE, 2011), sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais, verificou-se que a ampla maioria das classes C, D e E (68,8%) utiliza a rede pública de saúde, dado que se confirma em todas as regiões. Apenas uma parcela declarou idas anuais ao dentista (36,3%). O último levantamento apresentou uma redução, somente 23,6% declararam ir periodicamente ao dentista para fins de prevenção (FONAPRACE, 2018). A procura por cuidados odontológicos mostrou-se associada ao nível de renda: estudantes que relataram consultas periódicas apresentaram renda familiar per capita de R\$ 1.957,38, enquanto aqueles que não frequentavam o dentista tinham renda familiar per capita de R\$ 880,23 (FONAPRACE, 2018).

Em estudo sobre a condição da saúde bucal dos estudantes assistidos pelo PNAES na Universidade Federal do Pará (UFPA), Da Silva *et al.* (2018) relataram que 97,6% recorrem aos hospitais públicos do Sistema Único de Saúde (SUS) em caso de adoecimento. Em relação à saúde bucal, os autores verificaram que quase totalidade da amostra de 250 discentes alegou precisar de algum tratamento dentário na época do estudo. Destes, 84,8% queixaram-se de ter tido dor de dente nos últimos seis meses. Ainda, os estudantes relataram ter dificuldades para consumir líquidos gelados ou quentes devido à sensibilidade para mastigar, falar e dormir em decorrência de agravos dentários (Da Silva *et al.*, 2018). É necessário ressaltar que os problemas dentários podem interferir de forma negativa no dia a dia (Bulgareli *et al.*, 2018). Ainda, pareceram afetar também questões de autoestima e psicológicas, com influência na qualidade de vida e no rendimento escolar, visto que 33,2% afirmaram que já tiveram dificuldade para realizar tarefas da faculdade (Bulgareli *et al.*, 2018).

Embora os dados anteriores se refiram a estudantes de graduação, situação semelhante é observada nos Institutos Federais, tanto na graduação quanto no ensino técnico. No levantamento realizado pela Diretoria de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), cerca de 70% dos estudantes ingressantes, de um total de 7.104 em 2022, relataram recorrer à rede pública de saúde quando necessário. No que se refere aos cuidados odontológicos, mais da metade dos discentes (57%) relataram ir ao dentista apenas esporadicamente ou quando sentiam dor ou apresentavam algum problema (IFFAR, 2022). No ano seguinte, do mesmo modo, de um universo de 7.764 estudantes ingressantes, a maioria relatou utilizar a rede pública

de saúde e não frequentar o dentista (64%), ou quando o fazia era de forma esporádica ou pela presença de algum problema (IFFAR, 2023).

A atenção à saúde constitui um eixo fundamental para a implementação das ações previstas no PNAES, especialmente quando orientada por uma abordagem integral, que vá além do modelo assistencialista restrito à concessão de auxílios financeiros aos estudantes. As instituições de ensino devem promover ambientes de trabalho, aprendizagem e sociabilidade saudáveis, associados à promoção de práticas de saúde que favoreçam uma formação mais completa dos futuros profissionais. Os serviços odontológicos têm o potencial de contribuir nos aspectos relacionados à saúde bucal dos estudantes, uma vez que, embora as diferenças nas necessidades de saúde não possam ser eliminadas apenas com o uso dos serviços, o acesso a serviços de qualidade pode atenuar condições desfavoráveis de saúde (Pinheiro; Torres, 2006).

A relação entre a condição de saúde bucal e o bem-estar diário dos indivíduos aponta para uma forte correlação entre a QVRSB e a qualidade de vida relacionada à saúde geral, ratificando a contribuição da saúde bucal para o bem-estar geral do indivíduo. Portanto, são necessárias abordagens integradas que considerem aspectos de saúde bucal e geral, uma vez que melhorias na condição oral podem influenciar positivamente a qualidade de vida relacionada à saúde geral (Paulson *et al.*, 2024). A literatura revela a importância da disponibilidade dos serviços no desenvolvimento dos estudantes, evidenciando que à medida que são ofertadas ações de apoio adequadas, os estudantes tendem a se desenvolver melhor nas esferas acadêmicas, pessoal e social (Abbas *et al.* 2023; Corredor *et al.*, 2020; Melo; De Freitas, 2020; Rituy *et al.*, 2024).

As políticas de assistência estudantil têm papel significativo nos espaços escolares e no processo de democratização da educação. Nesta perspectiva, é necessário considerar que a continuidade dos estudos em uma instituição de ensino é um fator que não depende apenas da força de vontade do estudante e da oferta da vaga, mas também de outros motivos relevantes, especialmente entre os estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio, que cursam dois cursos ao mesmo tempo, com uma carga horária de atividades considerável, por vezes longe de suas casas e do apoio familiar. Deste modo, o olhar vigilante e estratégias preventivas devem fazer parte da realidade das ações de assistência estudantil, não limitando sua atuação somente ao enfrentamento de agravos em saúde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário um olhar ampliado para os serviços da assistência estudantil, evidenciando o formato interdisciplinar de suas ações. Os serviços de saúde contribuem para o alcance dos objetivos do PNAES e possuem grande potencial para consolidar-se como estratégias estruturantes para a permanência e a qualidade de vida dos estudantes.

Pesquisas futuras devem explorar a execução dos programas sob essa perspectiva integral, especialmente no âmbito dos serviços de saúde. Fica evidente a

necessidade do fortalecimento da criação de ambientes saudáveis que proporcionem uma trajetória escolar acolhedora e de oportunidades. As pautas relacionadas à saúde na assistência estudantil devem integrar as discussões sobre execução, avaliação e investimento de recursos em políticas e programas de apoio aos estudantes da Rede Federal de Ensino.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Salbia; DAR, Tayyaba; MIR, Nadia; SHAFIQUE, Komal; ZAINAB, Tatheera. Emotional Lability and Perceived Social Support in Association with Psychological Well-Being Among University Students: An Exploratory Analysis: Emotional Lability and Perceived Social Support. **The Therapist (Journal of Therapies & Rehabilitation Sciences)**, [S. l.], p. 63-68, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.54393/tt.v4i02.133>. Disponível em:

<https://www.thetherapist.com.pk/index.php/tt/article/view/133>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Editai Setec nº 01**, de 02 de março de 2017. Apresentação de propostas para a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos na forma concomitante, no âmbito do Pronatec/Mediotec. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/editais>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1933-1934). **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro: Gráfica do Senado, v.1, 1934. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/cdf175ee-71f3-4c1a-a356-9073b5351d63>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

BRASIL. **Emenda constitucional nº. 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir [...] Brasília, DF: [S.n.], 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: [S.n.], 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei->

4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: [S.n.], 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: [S.n.], 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito.** [Brasília]: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: [31 janeiro 2025].

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Criança, adolescente e adulto jovem.** Coordenação Nacional de DST e Aids. [Brasília]: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd07_07.pdf. Acesso em: [31 janeiro 2025].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na escola.** [Brasília]: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso em: [12 janeiro 2024].

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** [Brasília]: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRITO BASTOS, Nilo Chaves de. SESP/FSESP: SESP/FSESP: 1942 - evolução histórica - 1991. 1993, 521p. Monografia (Faculdade de Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. Recife, 1993.

BULGARELI, Jaqueline Vilela; FARIA, Eduardo Tanajura de; CORTELLAZZI, Karine Laura; GUERRA, Luciane Miranda; MENEGHIM, Marcelo de Castro; AMBROSANO, Glaucia Maria Bovi; FRIAS, Antonio Carlos; PEREIRA, Antonio Carlos. Factors influencing the impact of oral health on the daily activities of adolescents, adults and older adults. **Revista de Saude Publica**, [S. l.], v. 52, p. 44, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052000042>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/gNSkVRShtQGj5mFTf7cGkc/?lang=en>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CARVALHO, Emily Lima; JESUS, Ludmila Anjos de; SANTOS, Jairo Oliveira dos; PAZ, Osni Santos; VIEIRA, Gabriel Nóbrega; NEVES, Robson da Fonseca. Saúde do adolescente na rede federal de ensino brasileira: uma metassíntese. **Saúde Debate**, [S. l.], v. 46, p. 227-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E317>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ShjTk4RwRNj9sfFxpY4tKrg/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CORREDOR, Alexander Daza; VILLAMIZAR, María Paola Jiménez; PACHECO, Farid Leonardo Rodríguez. Impacto de los programas de bienestar universitario en la calidad de vida de los estudiantes. **Revista Interamericana de Investigación, Educación y Pedagogía**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 157-169, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15332/25005421/5780>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5610/561070057007/html/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COSTA, André Marques. **Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Odontológica a Estudantes de Graduação da UFC a partir de seus sujeitos: Percepções e Concepções**. 2018, 99f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará.

COSTA, Márcia Cristina Carvalho Ferreira. **Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde**. 2016, 83f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia.

DA SILVA, Ana Carolina Santiago; MEDEIROS, Amanda Menezes; BRANCO, Dimitra Castelo; OLIVEIRA, Erick Ely Gomes de; CHERMONT, Armando Brito; NASCIMENTO, Liliane Silva do. Condição de saúde bucal de estudantes assistidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPA. **Revista de Atenção à Saúde**, [S. l.], v. 16, n. 55, p. 50-56, 2018. DOI: <https://doi.org/10.13037/ras.vol16n55.4778>. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4778/pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

FALCO, Beatriz Simonaio Birelli; DAS CHAGAS OLIVEIRA, Isabel Cristina. A política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 176-190, 2021. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.500>. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/cadcajuina/article/view/500>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília: FONAPRACE, 2011. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/perfil-socioeconc3b4mico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduac3a7c3a3o-das-universidades-federais-brasileiras3-1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior**. Brasília: FONAPRACE, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GOMES, Claudia Moraes; HORTA, Natália de Cássia. Promoção da saúde de adolescentes em âmbito escolar. **Revista de APS**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 486-499, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14606/7832>. Acesso em: 24 jun. 2023.

GOMES, José Precioso. As Escolas Promotoras de Saúde: uma via para promover a saúde e a educação para a saúde da comunidade escolar. **Educação**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 84-91, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/5229/3858>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GONÇALVES, Liliane Honorato. O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 6, p. e020034, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8656321. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8656321>. Acesso em: 30 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Diretoria de Assistência Estudantil.
Questionário de Perfil dos Estudantes do IFFar 2022. Santa Maria: IFFAR, 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Diretoria de Assistência Estudantil.
Questionário de Perfil dos Estudantes do IFFar 2023. Santa Maria: IFFAR, 2023.

MELO, Claudenira Cavalcante; DE FREITAS, Isaurora Cláudia Martins. A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Ceará do Campus de Tauá. **Inovação & Tecnologia Social**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 15-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47455/2675-0090.2020.2.4.4765>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4765>. Acesso em: 18 out. 2024

SOARES, Catharina Leite Matos; PAIM, Jairnilson Silva. Aspectos críticos para a implementação da política de saúde bucal no Município de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 966-974, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8XzzjhJyyZWxY8zWZhycKbJ/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024

PAIXÃO, Marcus Vinicius Sandoval; TOREZANI, Sival Roque; GONÇALVES, Silvia Maria Melo, BOZETTI, Marcello. A percepção de discentes do IFES–Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, v. 8, n. 16, p. 100-112, 2016. DOI: <https://doi.org/10.18316/rcd.v8i16.2575>. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/2575. Acesso em: 15 nov 2024.

PAULSON, Danna R; CHANTHAVISOUK, Phonsuda; JOHN, Mike T; FEUERSTAHLE, Leah; CHEN, Xing; INGLESWAR, Aparna. Linking patient-reported oral and general health-related quality of life. **PeerJ**, v. 12, p. e17440, 2024. DOI: 10.7717/peerj.17440. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38827316/>. Acesso em: 2 fev 2025.

PINHEIRO, Rejane Sobrino; TORRES, Tania Zdenka Guillén de. Access to oral health services between Brazilian States. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 999, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000400021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pSV8xJS7ZB6wRzztKtnJvBb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov 2024.

RITUAY, Angelica María Carrasco; BARDALES, Einstein Sánchez; MARÍN, Yuri Reina; CARO, Omer Cruz; SANTOS, River Chávez; RUBIO, Yecenia del Carmen

Maicelo. Comprehensive Wellness in University Life: An Analysis of Student Services and Their Impact on Quality of Life. **Journal of Educational and Social Research**, London, U.K., v. 14, n. 6, p. 514, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36941/jesr-2024-0190>. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/jesr/article/view/14100/13672>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SOARES, Catharina Leite Matos; PAIM, Jairnilson Silva. Aspectos críticos para a implementação da política de saúde bucal no Município de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 966-974, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8XzzjhJyyZWxY8zWZhycKbJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 31 jan 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2010**. World Health Organization, 2010. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/gho-documents/world-health-statistic-reports/en-whs10-full.pdf>. Acesso em 9 jun 2023.